

Mulheres à frente no Cerrado e Pantanal: o entrelaçar de força na prática da resistência

Nathalia Eberhardt Ziolkowski

RESUMO: Pela perspectiva feminista que considera a auto-organização das mulheres um instrumento de luta histórica na resistência das desigualdades, este artigo tem por finalidade apresentar o trabalho com mulheres de comunidades tradicionais e de populações locais do Cerrado e Pantanal Sul-mato-grossense. Para isso, percorreremos experiências desenvolvidas por uma Organização Não-Governamental, em ações diretas com povos tradicionais nos seus territórios. O foco é demonstrar elementos da realidade vivida por mulheres das águas e dos campos, expostas a modelos de vida sem a garantia de acesso aos direitos humanos; em ambientes degradados, que sofrem exploração intensa de seus recursos naturais. Suas experiências de vida, seu sentimento de pertencimento ao território e a dependência de um meio ambiente equilibrado para sobreviverem, levam essas mulheres a criarem mecanismos de resistência e defesa dos direitos de seu povo, garantindo a permanência de suas famílias nessas localidades, em uma constante busca pelo bem-estar e soberania de todas e todos.

Palavras-chave: Mulheres. Meio Ambiente. Auto-organização. Resistência.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traz informações sobre os modos de vida das mulheres do Cerrado e Pantanal Sul – Mato-grossense e alguns aspectos que circundam suas experiências no que diz respeito a forma de organização social, territorial, política e econômica. Baseado no trabalho que desenvolvo, há 5 anos, com comunidades tradicionais das águas e dos campos e populações locais estabelecidas na terra pelo Projeto de Reforma Agrária do Governo brasileiro, através da ONG socioambiental ECOA – Ecologia e Ação e, sob sua responsabilidade, projetos de apoio ao desenvolvimento de comunidades.

O primeiro projeto do qual participei na condição de socióloga e promotora da articulação de ações juntos aos grupos envolvidos, nesse período com apoio financeiro do governo federal, através de projeto aprovado por edital no ano de 2014, pela Diretoria de Políticas para Mulheres do hoje extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa proposta visava fortalecer a estruturação de grupos formados por mulheres e grupos mistos para a extração, processamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade, que rapidamente ganhavam dedicação intensa, especialmente de mulheres nas comunidades, e tornavam-se um dos motivos centrais de suas mobilizações coletivas.

As ações promovidas nesse momento eram de apoio direto a cadeia produtiva, com oficinas sobre associativismo e cooperativismo, trabalho comunitário e em rede, boas práticas de manejo



de frutos (com apoio do Departamento de Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Campo Grande), além de regularização documental dos grupos produtivos, no que diz respeito aos trâmites fiscais para existência das associações e condições de venda dos produtos.

Ao final do projeto foi criada a Rede de Mulheres do Cerrado e Pantanal (CerraPan), articulada com objetivo de incentivar o empoderamento de mulheres extrativistas, focando na organização política, social e econômica dos grupos organizados, formando uma conexão para melhoria da geração de renda e aumento do volume de derivados comercializados. Essa Rede foi criada de maneira participativa para chegar ao melhor formato de gestão para o grupo das associações pilares que participam da iniciativa¹.

Com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 12 de maio de 2016, através da Medida Provisória nº 726, a Assistência Técnica e Extensão Rural brasileira (política federal que objetiva melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais), sofreu consequências e o apoio para as famílias locais e tradicionais foi comprometido. Além disso, a fragilização e desmonte das políticas públicas para mulheres em detrimento de gestões públicas e mudanças, por lei, pelos que as consideram menos relevantes ao desenvolvimento do país ou simplesmente as desconsideraram, retroagindo inclusive nos direitos conquistados², ficou cada vez mais impraticável a aproximação do Estado brasileiro com instituições de promoção de direitos humanos das mulheres e da população rural, seja nas práticas de diálogo, seja no repasse de recursos para execução de ações que o próprio estado precisa garantir.³

1 Os grupos organizados que faziam parte da primeira formação da Rede de Mulheres Produtoras do Cerrado e Pantanal eram: Sob jurisdição de Corumbá: Associação de Moradores da Comunidade de Antônio Maria Coelho e Associação de Mulheres Extrativista da Comunidade de Porto da Manga. Sob jurisdição do município de Miranda – Associação de Pescadores Artesanais de Iscas Vivas de Miranda (APAIM) e Associação de Produtores do Assentamento Andalucia (APAB). Sob jurisdição do município de Nioaque: Centro de produção, pesquisa e capacitação do Cerrado - Assentamento Andalucia (CEPPEC).

2 Em 2016, Michel Temer, ao assumir a Presidência da república, depois da destituição de Dilma Rousseff, inicia seus cortes de verbas públicas atingindo serviços para as mulheres. O atendimento de mulheres vítimas de violência, por exemplo, foi um dos primeiros a sofrer cortes de recursos. A saúde da mulher é uma das áreas que mais tem sido impactadas, ainda em 2015, o então Senador Aécio Neves apresentou a Proposta de Emenda à Constituição 181/2015, que só foi votada e aprovada no Congresso Nacional em 2017. Essa proposta que versa sobre a licença maternidade, também retrocede no direito ao aborto legal previsto em Lei, Código Penal de 1940, como no caso de aborto por estupro, que deixa de ser direito. Outro exemplo é o órgão executivo máximo de promoção de políticas públicas para mulheres, que já teve status de Ministério, vinculado a Presidência da República e hoje é uma secretaria, Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), do atual governo.

3 Cita-se alguns exemplos emblemáticos para evidenciar o descompromisso com as políticas sociais para mulheres, sendo utilizadas como moeda de troca no sistema político, em detrimento de outras causas que o Estado julga de maior importância, resguardadas as devidas proporções de governos e orientações políticas. Em 2010, o Programa Nacional de Direitos Humanos, em sua terceira edição (texto finalizado em 2009 de um documento que não tem força de lei, mas é o que norteia a promoção dos direitos humanos no Brasil, organizado desde 1996 por orientação das Nações Unidas aos Estados membros), construído, nesta edição, em processos de diálogos populares conhecidos como conferências regionais e nacionais de diversas temáticas ocorridas nos 6 anos anteriores, foi revisado e alterado pelo Governo Nacional, sob influência e pressão de setores da igreja católica, do setor ruralismo e forças armadas. Dentre os pontos conflitivos estavam os ligados

Neste cenário, outras formas de apoio financeiro e técnico precisaram se estabelecer, com fundos não mais vinculados ao Governo Brasileiro. Além disso, a perspectiva de articulação das mulheres tradicionais também traz sentidos outros frente as necessidades atuais. Cita-se como exemplo, a maior necessidade por políticas de assistência técnica para extensão rural ou o acesso a políticas sociais de saúde, visto que, há comunidades que antes eram atendidas pelo Programa Mais Médicos, lançado em 2013, com objetivo de ampliar o acesso à saúde básica em regiões mais necessitadas, tendo contratado médicos de origem cubana para essa atuação. O Programa sofreu cortes e a retirada dos profissionais vindos de Cuba, deixando, novamente, populações em lugares remotos, desassistidas. Direitos como esses, antes garantidos, ainda que muitas vezes em condições precárias, deixaram de existir e as necessidades se voltam novamente a luta pelos direitos humanos e políticas sociais básicas.

Os territórios em questão, Cerrado e Pantanal, são bastante impactados por ações antrópicas, o meio ambiente é constantemente alterado pela ação humana. Há comunidades, como Antônio Maria Coelho e Porto Esperança, no Pantanal, que são impactadas por empresas de mineração, isso significa lidar com poluição do ar, poluição dos rios, além de conflitos de uso do território, visto que empresas as empresas se estabeleceram muito depois de comunidades que são centenárias, mudando sua rotina e forma de uso e ocupação do solo.

Nesse interim, o direito fundamental de acesso à água potável, relacionado diretamente com a dignidade humana, é outra questão a que se remetem as mulheres organizadas. Em todo este cenário, rapidamente relatado, com graves conflitos, ainda se fazem presentes problemáticas de ordem básica, que se referem a acesso a bens comuns, como a água. Assuntos como esse passam a fazer parte do cotidiano das mulheres no Pantanal, não só pela experiência cotidiana de lidar com isso, mas como pauta política em seus grupos organizados. Através das associações de mulheres, elas tomam a frente nas tentativa de resolução das dificuldades, que ora podem ser a ausência de uma estrada ou uma estrada danificada, impedindo seu ir e vir; outrora a necessidade de apoio técnico para precificar produtos dos seus extrativismo; e, por vezes, a denuncia de uso de agrotóxico ou de desmatamentos.

Diversas são as situações que enfrentam em seus territórios, e como alternativa a essas condições de existência, aparece a auto-organização e a gestão de uma economia que se alicerça no coletivo, com o conhecimento tradicional associado, por exemplo, agrega muito valor a existência e resistência dessas comunidades e ao que ali é produzido, sendo que o território tem uma forma própria de gerar riqueza e, a partir daí, gerar renda, sendo também uma forma própria a circulação dessa renda que garante subsistência às mulheres, suas famílias e a comunidade. Dessa forma, unem-se também para lutar por mais acesso a direitos e por uma vida digna nos territórios, apesar da grande ausência do Estado na resolução de conflitos ou na garantia de direitos.

Para além desse fator essencial supracitado, as formas autônomas de organização social dentro

a questão do aborto, aos conflitos rurais e a união civil entre pares homoafetivos. E foi no ano de 2017 que o país viu um corte de cerca de 60% no orçamento destinado ao combate as violências de gênero, com alerta de especialistas também da Organização das Nações Unidas sobre os nefastos impactos que isso poderia gerar. As fragilidades que se estabeleciam no campo dos ideários políticos passaram a ganhar concretudes com os desmontes de serviços públicos de atenção às mulheres nos cortes de recursos. E, por fim, culminamos em um Estado atual fixado pela expressão “ideologia de gênero”, que avança significativamente no retrocesso dos direitos conquistados e retira da base filosófica das políticas sociais do país o conceito de gênero, alicerce dos documentos oficiais construídos até então, para nortear as políticas públicas para mulheres.

das comunidades são responsáveis por um envolvimento político mais amplo das mulheres em seus territórios, para isso, estratégias foram criadas por essas mulheres a fim de garantir seu direito público de voz e manutenção de seus saberes, ultrapassando fronteiras dos territórios que habitam. Neste artigo, a leitora e o leitor terão acesso a um pouco deste universo e encontrarão elementos de como o movimento empreendido por essas mulheres muda suas realidades.

2 UM OLHAR FEMINISTA PARA O TERRITÓRIO

Compreender a relação das mulheres e meio ambiente é uma tarefa importante. No interim das relações sociais dicotômicas, fundadas em uma dualidade legítima para a sociedade ocidental, que constrói, dentro de um modelo patriarcal, as diferenças entre os sexos feminino e masculino, fundamentando, assim, relações de poder entre estes, temos realidades distintas também para a vida em sociedade e papéis que se definem sobre homens e mulheres e a relação com a natureza.

Cito como exemplo as realidades vividas no território do Pantanal e do Cerrado. A presença massiva de empresas multinacionais pelos territórios, na extração de matéria prima e exploração dos recursos naturais, costuma absorver a mão-de-obra local, como condição mínima de amenizar os impactos sociais causados. Essa mão-de-obra é predominantemente masculina. Hoje há uma vasta realidade de homens de comunidades tradicionais que são empregados de empresas. As mulheres reagem a isso de forma diferente, ao invés de reivindicarem empregos nas empresas, valem-se do seu conhecimento do território para desenvolverem-se autonomamente na geração de renda e com isso garantem a conservação do território através de um manejo adequado advindo de um saber ancestral sobre a terra e o meio ambiente.

Estes aspectos estão atrelados também a maneira como homens e mulheres das águas e dos campos são secularmente socializados com o território, assim como nos diz sobre a forma como são encarados em contextos de absorção pelo mercado de trabalho, em âmbito também dicotômico que versa sobre conservar o território *versus* garantir subsistência ao núcleo familiar através de meios que sequestram as fontes de existência de seus descendentes em médio e longo prazo.

Para os homens e sua condição de provedores do núcleo familiar, não há muita saída em um cenário em que as comunidades tradicionais não têm acesso a seus direitos básicos, como à água potável, acesso a saúde, igualdade nas relações sociais entre homens e mulheres. No entanto, a compreensão sobre lidar com o território de maneira sustentável e de preservá-lo, acima das lógicas impostas pelo sistema econômico, é muito presente na visão que as mulheres têm sobre seu território.

É por isso que, cada vez mais se mostra necessário olhar para a mulher e sua relação com o ambiente, é aí que conseguiremos evidenciar formas de sustentação dos saberes, alternativa ao modelo predatório e manutenção das práticas que conservam o meio ambiente.

Dentro das perspectivas feministas de pensar e fazer outro mundo possível, essa relação é refletida há algum tempo, embora poucas pessoas conheçam as correntes feministas que dialogam com a questão ambiental. Um dos conceitos que aproximou as perspectivas teórico-feministas, históricas e sociais das questões ambientais foram os ecofeminismos, que passaram a olhar para os ecossistemas, compreendendo perspectivas culturais inclusive, não apenas naturais, junto ao conceito das ciências biológicas de ecologia, que abrem espaço para a importância das categorias sociais.

A socióloga e coordenadora do Instituto EQÜIT, Graciela Rodrigues, no ano de 2013, publicou

um texto intitulado *Ecofeminismo – Superando a Dicotomia Natureza/Cultura*, em um período em que o Brasil acabava de sediar o encontro Rio +20, ocorrido no Rio de Janeiro em Junho de 2012, 20 anos após a Rio – 92, uma Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Já em 1992, o ecofeminismo despontava como uma vertente teórica dentro dos feminismos, naquela época nomes como o de Vandana Shiva, Maria Mies, Carolyn Merchant, referencias para este debate.

Quando foi realizada a Rio + 20, os diálogos acumulavam mais força e novos questionamentos foram feitos sobre a naturalidade com que se vinculava a mulher com o papel social da dedicação exclusivamente por amor, voltando a discussão para a capacidade da mulher de cuidado, com extensão para o cuidado com a terra, vinculando também a sacralidade do feminino e a reprodução, associada a conexão mulher – mãe - terra, sendo a terra encarada como a força sagrada do feminino, porque se reproduz, gera formas de vida e acolhe a espécie Humana.

Ao contribuir para a desromantização do ser mulher, cisgênero e heteronormativa, Graciela Rodrigues traz para o debate um viés menos determinista e mais voltado aos problemas políticos que as mulheres enfrentavam, e enfrentam, sobre o uso e exploração dos recursos naturais, causas das mudanças climáticas e como tudo isso afeta suas vidas, mulheres que se firmam na consciência de que todas e todos dependemos de um ambiente equilibrado. A autora traz ainda outras teóricas que não se identificam como ecofeministas, mas que somam suas teorias a este pensar, é o caso de Silvia Federici, que contribui de maneira a não idealizar a relação da mulher com o meio, evidenciando as explorações sofridas ao longo de períodos históricos que criaram e exaltaram a mulher, partindo da concepção de que o trabalho desempenhado e não pago (como o doméstico) era feito por benevolência e ternura, características atribuídas à mulheres. (RODRIGUES, 2013)

Por outro lado, também se refletia a visão da sociedade sobre a mulher. Seria a natureza uma questão diminuída pelos poderes estabelecidos por seu elo representado através do feminino?

Nesse interim, se vê que as adversidades de um sistema social-político e econômico amplificam as relações de crise e conflito bastante embasados nos modos de produção e consumo das relações sociais e destas com o meio ambiente. Para a corrente que debate feminismo e ecologia, esse torna-se um elemento central, voltar-se para a condição das mulheres e sua relação com o meio ambiente e os efeitos dessas adversidades sobre suas vidas.

A pluralidade dentro dos feminismos também se reflete no que é chamado de corrente ecofeminista (surgidas na década de 1970, ganhando força no Brasil na década de 1990), apesar de haver um ponto comum, a relação mulheres e a ecologia, há diferentes formas políticas e filosóficas de pensar, como exemplo, a supracitada.

A luta que alinha o enfrentamento às formas de opressão e exploração teve nos ecofeminismos um lugar importante. Com o meio ambiente sendo explorado de diversas formas, enquanto mulheres sofriam todas as maneiras de opressão do sistema patriarcal regendo suas vidas privadas e públicas, a degradação ambiental e das mulheres se estabeleceram como pontos comuns e estruturante na era do capitalismo neoliberal.

A contribuição do movimento feminista para o movimento ambiental/ecológico constituiu-se na percepção da associação entre a desvalorização do natural e do feminino. Se por um lado a esfera do cultural é mais valorizada que a esfera do natural, por outro a esfera da produção é mais valorizada que a esfera da reprodução. As feministas estavam dispostas a provar que esta hierarquia imposta tinha a mesma lógica, a lógica patriarcal e androcêntrica. A desvalorização da natureza e a desvalorização das mulheres possuem, portanto, grande simetria. (DUARTE, 2015, p. 10-11)

Conhecendo o território, quando se lança o olhar para o impacto da organização das mulheres,

é possível enxergar que, mais uma vez, bate a nossa porta a necessidade de reelaborar concepções sobre o papel social das mulheres em nossa sociedade. Os feminismos enxergam isso de maneira política.

Na experiência do movimento feminista brasileiro, a enorme presença das mulheres organizadas em diversas lutas locais e territoriais de resistência às barragens, à privatização da água, ao uso indiscriminado de agrotóxicos ou sementes transgênicas, ao banimento de usinas nucleares, ou pelo contrário, através da agroecologia e da agricultura familiar, da economia solidária, do extrativismo local e da proteção dos bosques, florestas etc. como afirmação da construção de alternativas populares e sustentáveis, são mostra de lutas novas, que o cuidado cotidiano da vida foi impondo às mulheres. (RODRIGUES, 2013, p. 40)

Mas, antes mesmo de expor os fatos por vias de uma posição sócio-política, trazendo à tona o papel político das mulheres nos territórios e na conservação, foi necessário continuar os debates sobre a desconstrução da relação cultura e natureza, sobre a qual Graciela Rodrigues (2013) fala em seu artigo acima citado.

Este assunto nos pede uma reflexão mais aprofundada, que revise as epistemologias feministas e arcabouços que nos trazem até aqui. Embora este não seja o objetivo deste artigo, é importante trazer a luz esses efeitos que circundam o pensar da categoria corpo feminino versus natureza.

Estamos falando de um corpo feminino colonizado de maneira brutal, como também foram os territórios, de um corpo disciplinado para cumprir os papéis sociais, como são feitos também com os recursos naturais, nesse aspecto, a identificação de mulheres com as problemáticas ambientais é enxergada de maneira intimamente mais solidária.

Isso não está atrelado a sua capacidade reprodutiva (que também é masculina, porém culturalmente encarada de outra forma e justificada na biologia) ou ao seu papel de cuidado do outro, ideias historicamente atribuídas a naturalização do ser mulher, mas que, ao fim, levaram-nas ao destino social exclusivo do matrimônio heterogâmico e da maternidade como razão principal de existência. O processo de negação dos determinismos biológicos é muito importante na história dos feminismos e de mudança de padrões de pensamento no mundo ocidental, por estes hoje é possível falar em autonomia das mulheres e identidades sociais e de gênero, por outro lado, de acordo com Graciela Rodrigues (2013), esse afastamento do debate sobre mulher x natureza, não nos permitiu esmiuçar o papel das mulheres em relação a conservação da natureza e de luta pelo território.

Na última década o refazimento teórico feminista, uma característica dinâmica desse movimento e de sua filosofia, vem trazendo outros parâmetros para esse debate. Os efeitos das mudanças climáticas, a degradação ambiental crescente, problemáticas de acesso aos bens comuns, como a água, nos chamaram ao debate aprimorado.

Pela perspectiva do que se apresenta nos feminismos contemporâneos, para pensar o território é importante considerar as relações de poder, pois é o espaço que gesta e estabelece identidades, ritmos de vida, a propagação de saberes tradicionais e históricos, a harmonização da vida humana e da vida natural, mas também são espaços de disputa e conflitos, é lugar onde as resistências são cotidianas, pelo acesso aos bens comuns, pela conservação dos recursos naturais.

Assim, podemos dizer que há uma relação muito mais política, um tanto cultural e menos biológica de conectar-se ao meio ambiente, resultando em posturas de resistência das mulheres

em seus territórios. E é de extrema importância que se entenda que seus territórios lhes oferecem ensejos, desafios e limitações para o desenvolvimento do empoderamento das mulheres.

3 AUTONOMIA POLÍTICA, AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES E A GEOPOLÍTICA NOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: REVELANDO OS CONFLITOS

Olhar para esses conceitos pelo viés do pensar feminista é um exercício de nos resguardar das lógicas de desvalorização das mulheres. Ainda que a dominação da natureza para atender aos efeitos produtivistas e mercantis do sistema capitalista seja o pano de fundo em nossa sociedade atual, é o modo de fazer economia nas comunidades tradicionais que nos remete a formas diversificadas e alternativas de trabalhar a economia aliada aos recursos naturais, sem predação.

Isso quem nos proporciona são as mulheres que se valem de seus conhecimentos empíricos e ancestrais de manuseio das espécies, seu uso alimentício e medicinal e sua capacidade de gerar renda ao núcleo familiar, de maneira sustentável.

Os conceitos hoje discutidos e trabalhados, de preservação e conservação do meio, são manipulados pelas lógicas sistêmicas,

O conceito de preservação já foi muito pervertido para servir aos interesses da acumulação capitalista, para sustentar a lógica produtivista e consumista. Porque o que se anuncia o tempo todo como discurso dominante, e os meios de comunicação privados divulgam isso incessantemente, é que preservar é assim: você destrói milhares de hectares e preserva um pequeno pedaço de mata no topo de um morro. Ou então: você continua destruindo a natureza nos países de capitalismo avançado e coloca sobre os países mais pobres os custos da devastação. Há ainda modalidades que destroem e reconstróem, desfigurando o meio ambiente e criando desolação no planeta, como é o caso de destruir florestas nativas e plantar imensas áreas de monocultura, com base na justificativa de recurso renovável. Nós temos de preservar o planeta e as vidas humana e animal. Então, exige-se um exercício mais profundo de lógica, mas de luta também. (ÁVILA, 2013, p. 72)

E a produção coletiva feita por mulheres nas comunidades nos desloca das práticas de alta produção e grandes lucros. Sua economia se baseia na capacidade de manejo das espécies nativas para sustento da família e da comunidade, de maneira muito mais horizontal, ainda que sempre pressionadas pela ideia hegemônica de produção vertical. Assim, outras ideias de conservação aparecem no âmbito de uma sociedade que desqualifica e dificulta os trabalhos artesanais, porque é de interesse o poder econômico e suas dimensões subjetivas, que vem com a acumulação.

Desta forma, a busca pela autonomia econômica se faz na conquista da autonomia política, na conquista de espaços de debates, de auto-organização social e de mobilização das mulheres.

Esses crescentes conflitos nos territórios, gerados, por exemplo, por ações antrópicas de degradação, promovendo a escassez de recursos, tem na presença das mulheres um novo braço forte que se dispõe a suprir aquilo que foi retirado da subsistência familiar. A exemplo, cita-se a mulher que sai de casa e da comunidade, passa cinco ou seis dias acampada na beira rio, para capturar iscas e comercializar em ponto turístico do Pantanal. As condições as quais são expostas e, dessa forma, vulnerabilizadas, são várias. Passar dias acampadas, sob o breu da noite do Pantanal, com

risco de encontrar animais peçonhentos ou serem confundidas com presas e serem atacadas por grandes animais, com exposição excessiva e prolongada do corpo na água, onde passam 8 horas e mais “telando” e somando mais iscas no balde, instrumento de coleta.

Essas condições são vividas, porque sabem, todas elas da importância do trabalho que exercem, para a família e para a comunidade, mas sabem também que suas subjetividades se fazem a partir de seus movimentos nos territórios. A dedicação ao coletivo é uma evidência na ação dessas mulheres, mas há consciência de que com isso, movem sua força pelo reconhecimento da cidadania das mulheres tradicionais e provocam transformações profundas em suas comunidades.

Entre os homens, no contexto das comunidades observadas e suas relações sociais de gênero, há certas dificuldades em aceitar os efeitos dessa autonomia, entendendo que os espaços públicos serão ocupados por elas, lhes proporcionando oportunidade de vendas de produtos e destaque pelo trabalho, inclusive fora do território. Questões de âmbito familiar que resvalam no fazer político e, aos seus modos, são ajustadas e transformadas na perspectiva que visam: união do coletivo.

Outro exemplo emblemático sobre como as dinâmicas sociais se estabelecem na ação transformadora dos/as sujeitos e sujeitas, está no relato feito por técnicos e técnicas da Ecoa sobre a necessidade surgida em uma remota comunidade do Pantanal, de criar um sistema próprio de segurança para as mulheres e, conseqüentemente aos demais. Unidas em torno de um objetivo comum, as mulheres proibiram a venda de bebida alcoólica no território para diminuir as violências sofridas, muitas vezes potencializadas pelo uso de álcool e outras drogas. Violência essas subnotificadas, por se trata de uma comunidade remota, onde os serviços de atenção à mulher chegam bem precariamente. Para isso se valeram também de sua capacidade de organização e influência no contexto religioso e, apesar dos vieses pelos quais se estabelecem essas práticas, as formas de resistência demonstram consciências críticas sobre si mesmas e compressão de direitos e práticas pelas mudanças que querem ver.

Outro impasse empasse gerados pela auto-organização das mulheres é a incompreensão de suas causas, sendo motivo de rompimento com outros grupos organizados, como associação de moradores e grupos mistos com os quais elas deixam de se identificar, por dificuldade de serem ouvidas e terem suas propostas relevadas.

Do macro, estabelecido nas relações com o externo a comunidade, ao micro, aqui atribuído ao sentido das dinâmicas comunitárias, restritas ao espaço diretamente ocupado, as necessidades de mudanças são apresentadas pelas mulheres, cujas práticas remodelam a ordem instituída. Sobre o que as move, ver-se-á na sequência.

4 MULHERES DO CERRADO E PANTANAL: POTENCIALIDADES, PARTILHAMENTOS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Tratando aqui de ecossistemas muito caros ao plano de conservação dos recursos naturais mundiais, temos duas realidades distintas de riquezas naturais, presenças populacionais tradicionais e contextos de degradação também diferentes, vale a pena destacar quais são os territórios de onde falam as mulheres sobre as quais discorreremos.



Fonte: WWF, 2019.

Este mapa explicita em dimensão o que são os dois biomas tratados nesse artigo, Cerrado e Pantanal. Além de compreender a localização desses ecossistemas, é preciso saber que, estes se dividem por estado brasileiros também, o Pantanal (do Brasil), abrange os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, já o Cerrado, além do Mato Grosso do Sul, também abrange Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, São Paulo, Paraná, Rondônia e Distrito Federal.

O Pantanal tem uma característica muito intrínseca que são os pulsos de inundação, seu ciclo anual compreende período de seca (de maio a setembro) e período de cheia ou de chuvas (de outubro a maio). Toda a vida humana, animal e vegetal deste ecossistema, se orienta por seu pulso de inundação. Já o Cerrado também é chamado de savana brasileira, dentre outras coisas, porque a vegetação se dispõe com uma certa distância entre uma árvore e outra. É um dos maiores biomas brasileiros e com grande diversidade de fauna e flora, incluindo plantas de uso medicinal.

As diferenças culturais também são vistas no âmbito das comunidades localizadas em diferentes regiões do país, ainda que vivendo em um mesmo ecossistema.

O Pantanal, afirma a ECOA – Ecologia e Ação, “guarda muito de sua biodiversidade e paisagens originais, mesmo impactado pela devastação do Cerrado e florestas de seu entorno.” (ECOA, 2016). O Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros por Satélite – PMDBBS, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que realiza captura de imagens de satélite, apresentou os dados de 2009, afirmando que o bioma Pantanal mantém 83,07% de sua cobertura vegetal nativa. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2019).

Enquanto, para o Cerrado Brasileiro, até o mesmo ano de 2009 foi identificada uma área de 48,22% da vegetação desmatada neste ecossistema. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2019).

Fatores como o desmatamento e as queimadas impactam diretamente o modo de vida das comunidades, ademais, vem das espécies nativas o sustento e o remédio produzidos pelas mulheres extrativistas.

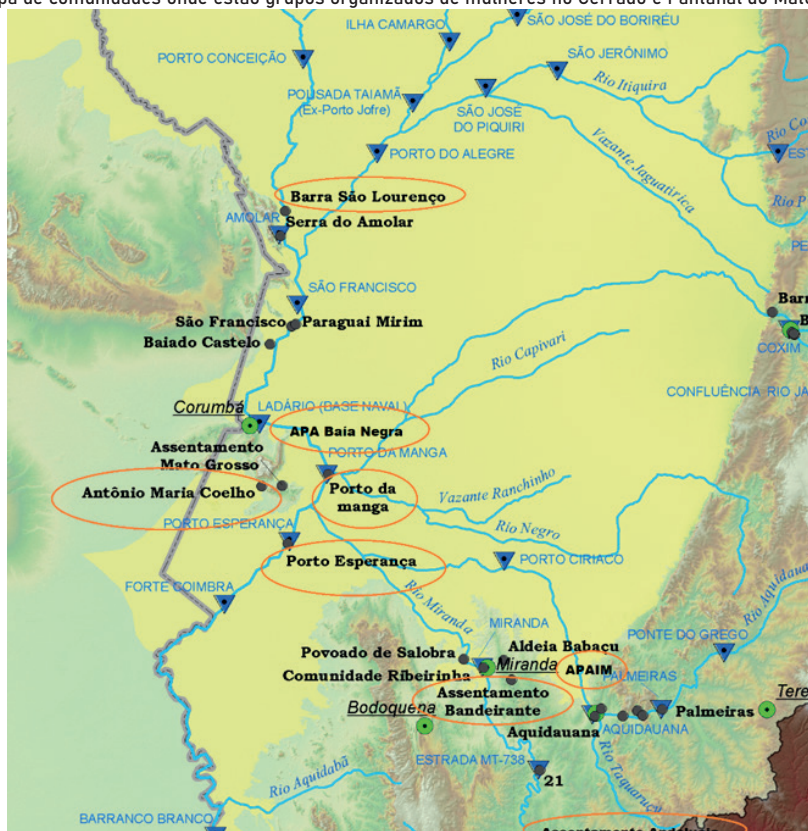
O Pantanal é um Patrimônio Natural Mundial e Reserva Mundial da Biosfera, desde o ano

de 2000, declarado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) isso significa que a maior planície alagável do mundo é considerada de fundamental importância para a humanidade e necessita ser conservada, respeitando o desenvolvimento econômico e humano em seus aspectos cultural, social e ecologicamente sustentável. Ele é formado por um mosaico de plantas do Cerrado, Floresta Amazônica, Mata Atlântica e Chaco (próprios da Bolívia e do Paraguai).

No Cerrado, que é o segundo maior bioma da América do Sul, é também conhecido pela “abundância de espécies endêmicas, abrigando aproximadamente 12.070 espécies de plantas nativas catalogadas, das quais 34,9% (4.208) são endêmicas.” (IEB, 2019). Porém, a crescente devastação de sua cobertura vegetal coloca constantemente em risco de extinção sua biodiversidade.

Partindo da compreensão de que é preciso olhar para o território de comunidades tradicionais, vivendo em ecossistemas como o Pantanal e o Cerrado, com peculiaridades culturais, no modo de viver a vida doméstica e coletiva, pública e privada. Podemos olhar para as mulheres que ali vivem e para as possibilidades oferecidas em seus territórios e, por outro lado, reconhecer a devastação que as assola, e assim começar a entender o significado de suas resistências coletivas nas comunidades, localizadas abaixo.

Figura 1 – Mapa de comunidades onde estão grupos organizados de mulheres no Cerrado e Pantanal do Mato Grosso do Sul



Fonte: Adaptado de ECOA, 2017.

É possível visualizar no mapa a extensão do território da Bacia do Alto Paraguai e entorno, banhados por rios, onde estão estabelecidas as comunidades tradicionais e locais do Cerrado e Pantanal com quem o trabalho de fortalecimento aos grupos organizados de mulheres e apoio as alternativas produtivas de geração de renda se estabelecem desde 2015 (circuladas). São oito comunidades e cinco grupos formados só por mulheres, sendo que outros três são de composição mista (homens e mulheres), porém com mulheres na direção.⁴

O que as une em uma rede hoje estruturada, a Rede de Mulheres do Cerrado e Pantanal (CerraPan) é a necessidade de se firmarem nas atividades econômicas do extrativismo, como ferramenta de autonomia econômica e política, e o propósito de encarar coletivamente as burocratizações do Estado para se estabelecerem comercialmente. Entretanto, para atingirem esses efeitos, a articulação política do grupo precisou se estabelecer e juntas perceberam sua força e a capacidade de lutar por questões além, por todo o território.

5 Organização social das mulheres: integração de questões relacionadas ao gênero

As mulheres têm demandas por melhores infraestruturas para morar e trabalhar, acesso a fontes de energia. Outro tema alarmante é o acesso a saúde, as mulheres do Porto da Manga (Estrada Parque Pantanal), por exemplo,

4 Sob jurisdição do município de Corumbá: Associação de Moradores da Comunidade de Antônio Maria Coelho; Associação de Mulheres Extrativista da Comunidade de Porto da Manga; Associação de Mulheres Artesãs do São Lourenço (Renascer); Associação de Mulheres Ribeirinhas do Porto Esperança. Sob jurisdição do município de Miranda: Associação de Pescadores Artesanais de Iscas Vivas de Miranda (APAIM); Associação de Produtores do Assentamento Bandeirantes (APAB). Sob jurisdição do município de Nioaque: Centro de produção, pesquisa e capacitação do Cerrado (CEPPEC) - Assentamento Andalúcia. E Sob jurisdição do município de Ladário: Associação de Mulheres Produtora da APA Baía Negra.

estão desenvolvendo gastrite e acreditam ser do cloro utilizado para tratar a água, pois a qualidade da água que consomem é ruim, mas ainda não tiveram um diagnóstico exato sobre isso, o que é outro problema, não alcançam a saúde pública para saber as causas dos problemas que relatam e obter os tratamentos adequados. Também é um grave problema que a Comunidade de Porto Esperança (Porto Morrinho, Pantanal) conviva diariamente com a presença de pó de minério no ar e na água, causando problemas respiratórios e morte dos peixes que lhes serve de subsistência e renda (através do turismo de pesca), contaminados pelo chumbo.

As mulheres do Cerrado, por sua vez, falam também em saúde mental. Os trabalhos domésticos e profissionais geram sobrecargas, fadiga e exaustão. Essas questões são geralmente invisibilizadas pela sociedade. A responsabilidade para com a casa, a família, a comunidade, o enfrentamento das práticas de degradação, a cotidiana iniciativa para conservar o ambiente, são pontos importantes da vida social, nos quais a presença das mulheres faz toda diferença, mas como isso impacta sua saúde mental e física? É a pergunta que deve ser feita.

Esses são alguns dos motivos que as mobilizam hoje, como também é um dos motivos que colocam o tema da medicação natural e farmácias caseiras em muitas rodas de conversa. A sensibilização das mulheres no território para retomarem o autocuidado a partir dos saberes ancestrais de uso das espécies nativas medicinais é algo que causa impacto direto em suas vidas e, mais uma vez, na conservação do ambiente.

Assim como, o tema da autonomia econômica é priorizado por elas. Autonomia econômica das mulheres se refere à capacidade de serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem ou que com elas convivem, além do direito de decidir qual é a melhor forma de proverem suas vidas. Nesse sentido, autonomia econômica é mais que autonomia financeira, já que também inclui o acesso à previdência social e a serviços públicos, qualificação e formação para o trabalho, acesso aos bens comuns, acesso ao crédito, direito de posse da terra, entre outras coisas.

A busca por sua independência também é uma forma de fugir das violências que são praticadas contra as mulheres e meninas em seus cotidianos.

No Cerrado e Pantanal, as mulheres estão muito atentas e buscando soluções para melhorar suas condições de vida. Para isso, dialogam sobre acesso a recursos e formas de apoio financeiro para estabelecer seus negócios comunitários, majoritariamente advindos dos extrativismos sustentáveis; sobre como fortalecerem suas organizações sociais, associações de mulheres; como adquirirem melhor estrutura de trabalho; e sobre os benefícios que essa articulação tem para a permanência no território.

O extrativismo é a atividade que extrai do meio ambiente, dos recursos naturais, matéria prima para transformá-la em um ou vários produtos comercializáveis. Quando ele é praticado de maneira sustentável, significa que toda a atividade de extração e manejo desses recursos é feita de maneira não predatória, com manejo adequado a fim de conservar as espécies utilização e gerar renda. Considerando que há possibilidade de esgotamento do recurso, comunidades tradicionais, como as aqui citadas, valem-se dos seus conhecimentos ancestrais sobre cada espécie para estabelecer essa relação sustentável. Cita-se como exemplo que, em geral, há uma regra comum disseminada, a coleta de frutos nativos nunca deve ultrapassar setenta por cento da capacidade produtiva de cada árvore, os trinta por cento restantes devem permanecer para novas germinações e para animais que dele se alimentam.

Hoje, os oito grupos envolvidos na rede de mulheres possuem centros produtivos, que são locais onde as mulheres conseguem alcançar a ampliação da renda familiar, podem lutar por sua autonomia e tudo isso com foco no coletivo, nas mulheres da comunidade e na comunidade como um todo. Além de serem os espaços onde hoje se conversa sobre o porquê é importante a articulação de mulheres no território.

Os centros produtivos ou de processamento, são espaço construídos para realização do processamento de alimentos, no caso aqui em questão, para processamento de frutos nativos. É nesses espaços, alguns dentro das normas sanitárias reguladoras e outros não, onde estão equipamentos utilizados para fins de produção. Os que estão mais adaptados as normas de produção e processamento, estão regulamentados pela Anvisa, pois possuem melhor

estrutura, adaptada as etapas da atividade: higienização – processamento – armazenamento – envase e rotulagem. Estes normalmente são centro onde os grupos já estão a mais tempo estabelecidos, como é o caso da Comunidade de Antônio Maria Coelho, em que o centro de processamento da Bocaiuva existe desde 2006, em constante processo de adaptação, conforme as condições da comunidade e parcerias.



Fotos arquivo Ecoa. Montagem da autora. Centro de Processamento da Bocaiuva e Derivados, vinculado a Associação de Moradores da Comunidade de Antônio Maria Coelho. Áreas interna e externa.

6 O ENTRELAÇE DE FORÇAS NA DEFESA DO TERRITÓRIO

O que movimenta as mulheres na organização pelas comunidades do Cerrado e Pantanal tem como pano de fundo 4 pontos já identificados, que em resumo se referem a: auto-organização, direito de fala e tomada de decisão, autonomia econômica e soberania alimentar.

As mulheres estão se organizando socialmente e politicamente no território com necessidades particulares, ainda que as necessidades sejam convergentes com as da comunidade, a consciência sobre suas necessidades, como a valorização do trabalho, a igualdade de renda, e o debate sobrecarga de tarefas é uma realidade para todas.

A importância da fala, o poder da palavra e o direito de participar da tomada de decisões, na vida pública da comunidade é de significativa para elas. O lugar que as mulheres buscam hoje é o lugar de fala. Cada uma tem uma vivência única e juntas compõe a diversidade do que é ser mulher nos territórios tradicionais. Estar em espaços de decisão nas comunidades, ocupar espaços públicos, já há algum tempo ocupa seus esforços e guiam suas escolhas. Entende-se, nos territórios, que uma sociedade justa é uma sociedade com igualdade entre homens e mulheres. Para chegar aos processos de equidade, acreditam que precisam ser ouvidas, para que a família, a comunidade e o Estado saibam quais são suas demandas.

A autonomia econômica das mulheres as leva por caminhos vindouros, com a compreensão de que dependem de formação para enfrentar os processos de aprimoramento. Elas produzem riqueza não monetária que redistribuem diretamente (sem passar pelo sistema financeiro formal): desde pequenas as mulheres dedicam uma grande parte de seu tempo para o cuidado dos membros de suas famílias e de suas comunidades, para garantir o funcionamento da casa, esse trabalho não é

remunerado e muitas vezes não é reconhecido, mas é trabalho, coloca-se tempo e esforços nisso e, agora, busca-se reconhecimento.

A luta pela segurança alimentar. Muito observável para quem não vive nas comunidades, mas acompanha sua dinâmica, é a constante preocupação das mulheres que trabalham com os produtos da sociobiodiversidade em garantir uma alimentação saudável para si, para os seus e para outras pessoas que se mostram cada vez mais interessadas no tema. Algumas se dedicam a atribuir lugar de muita importância aos saberes geracionais e, com isso, mantêm o conhecimento de plantas medicinais, de técnicas de plantio e melhor lua para semear ou realizar a poda. Também há a prática de reconhecer as riquezas da terra, usufruindo delas na escolha do alimento à mesa e, mais que isso, de seu processamento. Suas técnicas de cultivo não se baseiam na monocultura, pois pequenas/os agricultoras/es precisam da terra fértil, preservada e dinâmica, para manutenção dos cursos d'água e para produzir alimento durante todo o ano, considerando períodos de safra.

Nesse movimento se deparam com a realidade de que os produtos naturais da sociobiodiversidade não são valorizados, enfrentam burocratização para chegar com eles ao mercado e percebem a desvalorização dos alimentos regionais e da cultura alimentar em detrimento de uma alimentação envenenada e processada, com impactos diretos na saúde e com consequência e sobrecarga para a saúde pública. Esse é um ponto comum entre os grupos que participam dessa rede, fazer da alimentação um ato político.

Estes pontos que dão muita ênfase as práticas de conservação do território, são, antes de mais nada, a luta pela qualidade de vida das mulheres em seus territórios.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há mulheres no Cerrado e Pantanal que acreditam na relação simétrica com o meio ambiente, entendem que isso corresponde ao bem-viver das partes. Assim, muitas são guardiãs desse recurso natural.

Cito como exemplo a ocupação do espaço na Comunidade do Porto da Manga, as casas fluem sobre a terra, como a água de um rio, não há cercas entre as casas, estão desordenadas, porém quase sem causar colapsos na sociabilidade, marcada por conflitos internos intrafamiliares, extrafamiliares, de diferentes grupos organizados, mas com a compreensão de que a terra é coletiva, a consciência sobre a água também é coletiva. Parte da observação participante a tentativa de definição do que se alcança na convivência.

Aliás, o que é natural para o rio, também é natural para elas, as demais dimensões se dão no campo social e cultural, com toda formação de características próprias, regras de convívio intrínsecas ao modo de vida coletiva, dinamicamente interagindo com o outro, o de fora, o visitante ou turista como é chamado.

A alteridade está em exercício pelas comunidades, mas, ainda assim, sua identidade é firmada pelo território, é este o elemento central que lhes define. O vínculo com o espaço garante a existência de uma sólida identidade, marcada por elementos partícipes do dia-a-dia, que garante ao território sua a proteção.

Por isso, as mulheres são legítimas defensoras do território onde vivem, no Pantanal e no Cerrado. A ideia de território sem gente para a perfeita conservação, em um par de oposição natureza e população, se equivoca quando coloca todas as gentes em um mesmo nível e desconsidera que as mulheres tradicionais regeneram seu ambiente, defendem a biodiversidade e proporcionam

ações de sustentabilidade nesse convívio. Elas são incapazes de aceitar a degradação do ambiente em prol do desenvolvimentismo.

E, mesmo assim, a discriminação e a desigualdade são problemas que impedem o pleno desenvolvimento de suas práticas e seus saberes nos dias de hoje.

Constantemente buscamos entender quais tipos de necessidades básicas fazem parte do cotidiano de trabalho das mulheres, uma vez que, a pobreza que assola o mundo, diz a Organização das Nações Unidas (ONU, 2018), atinge fortemente pequenas e pequenos agricultores, integrantes de comunidades indígenas, famílias que vivem da pesca ou trabalhadoras/es rurais sem propriedade da terra.

O que hoje ainda aparece como indagações sobre a problemática das desigualdades e suas dimensões, dizem respeito ao acesso a bens comuns e políticas sociais básicas. Meninas e meninos, nas comunidades, frequentam a escola, e de maneira igualitária? As populações de comunidades tradicionais têm acesso a saúde de qualidade? Comunidades tem rede de água potável para consumo? E acesso a água para promover atividades de subsistência? O saneamento básico chega nas comunidades e assentamentos rurais? As condições de moradia são dignas?

Todas essas perguntas, nas comunidades aqui apresentadas, têm respostas negativas. Esse drástico cenário de falta de acesso a direitos humanos básicos é uma realidade em localidades no Pantanal e no Cerrado. Para enfrentá-lo, mulheres de comunidades tradicionais e comunidades locais de fato se encontram em um movimento de organização social e política em seus territórios, para criar bem-estar e soberania para as pessoas, frente aos cenários de pobreza, degradação ambiental e violação de direitos.

8 REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia. *Mulher e Natureza: dos sentidos da dominação no capitalismo e no sistema patriarcal*. In: Instituto Equit Gênero, Economia e Cidadania Global (Org). **Mulheres na Rio + 20**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2013. Págs 71 a 81.

DUARTE, Raquel Cristina Pereira. **O ecofeminismo e a luta pela igualdade de gênero: uma análise à luz da teoria bidimensional da justiça**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2015.

ECO.A. **Pantanal**. Disponível em: <https://ecoa.org.br/dados-do-pantanal/> . Acesso em: 04 de julho de 2019.

ECO.A. **Reaprendendo com os ciclos hidrológicos do Pantanal**. 2017. Disponível em: <https://ecoa.org.br/reaprendendo-com-os-ciclos-hidrologicos-do-pantanal/> . Acesso em: 27 de outubro de 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL. **Qual a importância do Cerrado para a biodiversidade global?** Disponível em: <http://cepfcerrado.iieb.org.br/qual-importancia-do-cerrado-para-biodiversidade-global/> . Acesso em: 24 de outubro de 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Pantanal**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/>

sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatoriofinal_cerrado_2008_2009_72.pdf . Acesso em: 25 de outubro de 2019.
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cerrado**. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatrio_tcnico_monitoramento_pantanal_2008_2009_72.pdf. Acesso em: 25 de outubro de 2019.

RODRIGUES, Graciela. Ecofeminismo – Superando a Dicotomia Natureza/Cultura. In: Instituto Equit Gênero, Economia e Cidadania Global (Org.). **Mulheres na Rio + 20**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2013.

WWF Brasil. **O Bioma. Brasília**, 2019. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/cerrado/bioma/ . Acesso em: 23 de outubro de 2019.